



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO MARANHÃO
COORDENADORIA DE OBRAS, ENGENHARIA E ARQUITETURA

Estudo Técnico Preliminar nº 1/2026 - GPGJ/DG/COEA

Estudo Técnico Preliminar - ETP

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) como documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação que caracteriza o interesse público envolvido e a sua melhor solução e dá base aos projetos a serem elaborados caso se conclua pela viabilidade da contratação, observando-se as disposições constantes no Ato Regulamentar nº 44/2021-GPGJ, de 04 de outubro de 2021.

O Estudo Técnico Preliminar evidencia o problema a ser resolvido e a sua melhor solução, de modo a permitir a avaliação da viabilidade técnica socioeconômica, sociocultural e ambiental da contratação, abordando todas as questões técnicas, mercadológicas e de gestão da contratação, e considera-se os seguintes elementos:

I - Do Objeto.

Contratação de empresa especializada na prestação de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização tipo VRF-LG e dos aparelhos de climatização do tipo SPLIT instalados no prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital (PROMOCAP), localizada na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA.

II - Da Descrição do Objeto.

O sistema de climatização da PROMOCAP é composto por condensadoras VRF LG de diferentes capacidades (8 HP, 10 HP, 20 HP, 24 HP, 26 HP, 28 HP, 30 HP, 32 HP e 34 HP) e por equipamentos SPLIT/PISO TETO de 18.000 BTU/h, 24.000 BTU/h, 36.000 BTU/h e 48.000 BTU/h, distribuídos pelas unidades ministeriais e essenciais para a climatização adequada dos ambientes de trabalho.

III - Do Diagnóstico da Situação Atual.

1. Descrição da necessidade da contratação, considerando o problema a ser resolvido sob a perspectiva do interesse público.(art. 18, § 1º, I, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

1.1. A necessidade é permanente, uma vez que se trata de serviço de natureza contínua, vinculado à operação diária do prédio e à manutenção das condições de salubridade e segurança ambiental, não sendo possível sua execução eventual ou descontinua sem prejuízo às atividades institucionais.

1.2. A manutenção dos equipamentos é necessária para garantir a continuidade de funcionamento, a confiabilidade dos sistemas e o conforto térmico dos usuários, bem como a preservação do patrimônio público e a eficiência energética, evitando paradas inesperadas, degradação precoce dos equipamentos e aumento do consumo de energia elétrica.

2. Demonstração da previsão da contratação no plano de contratações anual. (art. 18, § 1º, II, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

2.1. A demanda está incluída no planejamento da Instituição, tendo em vista que já tem contratos para este objeto. Portanto, consta no Planejamento Anual 2026.

3. Requisitos da Contratação.(art. 18, § 1º, III, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

3.1. Os requisitos relacionados pela observância das leis, decretos, regulamentos, portarias e normas federais e distritais, direta e indiretamente aplicáveis ao objeto deste e do Termo de Referência.

4. Estimativas das quantidades para a contratação, acompanhadas das memórias de cálculo e dos documentos que lhes dão suporte, que considerem interdependências com outras contratações, de modo a possibilitar economia de escala.(art. 18, § 1º, IV, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

4.1. Manutenção pelo período de 12 (doze) meses, conforme especificações do Termo de Referência, no sistema de climatização e seus constituintes da Promotorias de Justiça da Capital (PROMOCAP).

IV. Prospeção de Soluções.

5. Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis para a contratação, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar.(art. 18, § 1º, V, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

5.1. Em pesquisa mercadológica foi constatado que não existem outras soluções que possam substituir os serviços solicitados.

5.2. Levantamento de mercado com o mínimo de 03 propostas para justificar a não usar minutas padrões da Lei nº 14.133/21 (Art. 19, IV e §2º) devido a necessidade de adequação à complexidade e especificidade do objeto da

contratação, evitando a padronização de situações que exigem detalhamento único, o que pode gerar falhas, omissões, atrasos e até nulidades, garantindo a transparência e a segurança jurídica ao detalhar riscos e necessidades.

6. Estimativa do valor da contratação.(art. 18, § 1º, VI, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

6.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 327.200,00 (Trezentos e vinte e sete mil e duzentos reais), que serão pagos em 12 (doze) parcelas iguais de R\$ 27.266,67 (Vinte e sete mil, duzentos e sessenta e seis e sessenta e sete centésimos) obtidos através do cálculo da média das propostas que estão anexas a este termo, conforme custos unitários apostos na tabela abaixo.

Empresa	CNPJ	Unidade (mês)	Preço mensal (R\$)	Preço anual (R\$)
ELETROSYSTEM	258.421.881-0	12	175.990,00	2.111.880,00
J A LUTIFI SEGUNDO LTDA	49312294/0001-86	12	178.525,00	2.142.300,00
SUPERFRIO	15.642.391/0001-15	12	149.861,00	1.798.332,00
Média			168.125,33	2.017.503,96

V - Solução Escolhida.

7. Descrição da solução escolhida.(art. 18, § 1º, VII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

7.1. A solução escolhida é a contratação, através licitação, de serviços continuados de manutenção preventiva e corretiva do sistema de climatização tipo VRF-LG e dos aparelhos de climatização do tipo SPLIT instalados no prédio sede das Promotorias de Justiça da Capital (PROMOCAP), localizada na Av. Prof. Carlos Cunha, s/n, Calhau, São Luís/MA , com emprego de mão de obra, peças e todo material necessário para a execução dos serviços.

8. Justificativas para o parcelamento ou não da contratação.(art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

8.1.Deve ser feita uma aquisição global contemplando o quantitativo total de serviços e materiais para a conclusão.

9. Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis.(art. 18, § 1º, IX, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

9.1. Espera-se a conservação e funcionamento ininterrupto do sistema de climatização objeto, assim como atender aos servidores, Promotores e o público em geral, especialmente aqueles com deficiência ou mobilidade reduzida durante a permanência laboral ou em trânsito com segurança e confiabilidade no prédio das Promotorias de Justiça da Capital (PROMOCAP).

10. Providências a serem adotadas pela Administração previamente à celebração do contrato, inclusive quanto à capacitação de servidores ou de empregados para fiscalização e gestão contratual.(art. 18, § 1º, X, da Lei Federal nº14.133, de 2021).

10.1.Não existem providências a serem tomadas previamente à celebração do contrato.

11. Contratações correlatas e/ou interdependentes.(art. 18, § 1º, VIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

11.1.Para esta aquisição não há aquisições/contratações que guardam relação/afinidade/dependência com o objeto da compra/contratação pretendida, sejam elas já realizadas ou contratações futuras.

12. Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras.(art. 18, § 1º, XII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

12.1. Não haverá impactos ambientais.

13. Posicionamento conclusivo sobre a adequação da contratação para o atendimento da necessidade a que se destina.(art. 18, § 1º, XIII, da Lei Federal nº 14.133, de 2021).

13.1. Conforme exposto neste Estudo Técnico Preliminar, a contratação da solução é adequada para resolver a demanda apresentada.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.mpma.mp.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **0246280** e o código CRC **80E76108**.

O MP trabalha para você!

Avenida Carlos Cunha s/n - Jaracaty - CEP 65.076-906 - São Luís - MA

Contato: - e-mail: coea@mpma.mp.br

Processo SEI/MPMA nº: 19.13.0048.0001784/2026-90

ID: 0246280